

O PAPEL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NOS ANOS DE CHUMBO: ESBOÇO SOBRE A "MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA" DURANTE O REGIME AUTOCRATA-BURGUÊS

Thiago Willian Silva¹

Fernando Leitão Rocha Júnior²

Altamir Fernandes de Oliveira³

1 PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar Brasileira, Tecnologia e Ciência.

KEYWORDS: Brasileira, Technology and Science Military Dictatorship.

2 RESUMO

O campo tecnocientífico a partir do século XX tem um vasto crescimento entre os países desenvolvidos. Nesse sentido, pretende-se verificar como o Brasil incorporou durante o Regime Civil-Militar (1964-1985), o fomento e o desenvolvimento de medidas voltadas para o progresso tecnológico e científico no país.

Desta forma, busca-se priorizar as políticas para a educação brasileira e a atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico – CNPQ e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, durante a era da repressão política, ideológica e social brasileira, enquanto articuladores do progresso e da “modernização conservadora” do país, no setor da técnica e da ciência.

Por fim, faz-se necessário avaliar os reflexos da “modernização brasileira” a partir da ciência e da tecnologia, no limiar das políticas repressoras ditadas pela Autocracia Burguesa, assim como, verificar as implicações para o conjunto da sociedade e por último, se tais avanços foram significativos e seus alcances foram integrados nacionalmente ou restritos a alguma região e para algum setor social específico.

¹ Mestrando em Tecnologia, Ambiente e Sociedade, na linha de pesquisa Gestão e Sociedade, pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, campus Mucuri, Teófilo Otoni-MG. E-mail: thiagowsil@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGTAS) do ICET/UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM). Professor Adjunto III lotado no Departamento do Curso de Ciências Econômicas – FACSAB/UFVJM. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Trabalho, Saúde e Subjetividade – NETSS- UNICAMP e Pesquisador do Grupo de Estudos de Crítica à Economia Política - GECEP/UFVJM. E-mail: fernn16@yahoo.com.br

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGTAS) do ICET/UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM). Professor Adjunto I lotado no Departamento do Curso de Engenharia de Produção – ICET/UFVJM. E-mail: altamirf83@gmail.com

ABSTRACT

The technoscientific field from the twentieth century has a vast growth in the developed countries. In this sense, we intend to investigate how Brazil incorporated during the Civil-Military Regime (1964-1985), the promotion and the development of measures aimed at technological and scientific progress in the country.

Thus, we seek to prioritize policies for Brazilian education and the role of the National Council of Technological and Scientific Development - CNPq and Coordination of Improvement of Higher Education Personnel - CAPES, during the era of social and political, ideological repression Brazilian as articulators of progress and "conservative modernization" of the country, in the technology and science sector.

Finally, it is necessary to evaluate the effects of the "Brazilian modernization" from science and technology, on the threshold of repressive policies dictated by Autocracy Bourgeois, as well as verify the implications for the whole of society, and finally, if such advances were significant and their ranges were integrated nationwide or restricted to any region and for some specific social sector.

3 INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva trazer a público, impressões acerca do desenvolvimento da ciência e da tecnologia durante “o período da Ditadura civil-militar brasileira”. Procura-se entender os fatos e apresentá-los a partir dos documentos que versem sobre as décadas de 1960 até meados de 1980, a partir de uma análise criteriosa que deverá ser empreendida em cima dos 21 anos da política ditatorial e suas contribuições para os saberes tecnocientíficos (Como um dos elementos ideológicos de legitimação do chamado “Brasil Potencia”).

Após 50 anos do golpe civil-militar brasileiro, considera-se importante e necessário para a historiografia brasileira conduzir mais um trabalho norteado pelas transformações na ciência e na técnica do país, a partir da política dos militares, a sua relação com os indicadores econômicos do país e a forma que o poder federal relacionava o progresso técnico, o avanço das academias ligadas à evolução da ciência e das melhorias socioeconômicas.

Ferreira Júnior e Bittar (2004, p. 1), ao avaliarem o progresso tecnocientífico e a ditadura militar asseveram que:

(...) o seu caráter autoritário engendrou uma modernização acelerada das relações capitalistas de produção, de tal forma que o modelo de desenvolvimento centrado na política de substituição de importações alçou o Brasil à condição de 8ª potência industrial do mundo. Esse modelo, na visão dos militares, exigia uma universidade estatal centrada no paradigma da indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

Nesse sentido, faz-se necessário verificar as condições políticas estabelecidas no período que, por sua vez, eram cercadas pela “diplomacia da repressão”, brutal truculência que se exacerba com a promulgação do Ato Institucional 5 (13 de dezembro de 1968). Nesta direção, entender os mecanismos de controle social, e estabelecer os nexos entre este discurso e realidade . Assim, compreender efetivamente o peso e relevância das transformações vividas pela ciência e a tecnologia no país nos anos de chumbo.

E, a partir de tal relação, perceber como o Estado brasileiro legitimou tais transformações e ainda perceber como no bojo desta “Autocracia burguesa” (Inserir nota dizendo que trata-se de um termo cunhado por Florestan Fernandes em sua obra *Revolução Burguesa no Brasil*) os sujeitos sociais encararam essas mudanças e as interiorizaram em seu cotidiano. Não obstante, deseja-se compreender o papel das instituições e associações de fomento do progresso científico e tecnológico, além de analisar o caminho percorrido pelas mesmas em um momento de amplo controle e punição entre os sublevadores da ordem vigente. Essa historicidade do país além de dinâmica e peculiar, pode ser descrita como sendo:

(...) a um só tempo, una e diversa (...). Para entendê-la no seu processo e na sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial. (...) o espaço acumula defasagens e superposições de divisões de trabalho – sociais e territoriais. (...) Eis o princípio a partir do qual podemos valorizar os processos e reconhecer as novidades da história do território. (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 23)

Com isso, pretende-se utilizar para essa pesquisa, diversos documentos de acervos localizados nos centros políticos da época, como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, assim como será de extrema importância levantar de forma sistemática, a produção bibliográfica que contemple o tema, para que se possa estabelecer uma “relação entre a política do regime militar para a aquisição de

conhecimento” e “o estágio ou nível da cultura científica e tecnológica presente no ensino e na pesquisa realizadas no país” no período em questão. (MAIA, 2011, p. 1)

Ou seja, um levantamento dos diversos estudos e pesquisas relacionados com o(s) problema(s) que se deseja investigar, será relevante para a composição deste trabalho. Esta pesquisa objetiva também, trazer dados que até então podem não ter sido apanhados pelos pesquisadores que se preocupam com a referida temática. Portanto, sem desconsiderar o contexto amplo e geral da história brasileira ao longo do século XX, mas visando retomar essencialmente a consolidação política do regime civil-militar no Brasil e as suas ações no campo cultural, tecnológico e social, é que este artigo busca se sustentar.

O embate teórico-metodológico no campo da Ciência e da Tecnologia começou a se constituir principalmente a partir da década de 1940, momento em que instituições foram implantadas, e suas contribuições se tornaram primordiais para o desenvolvimento de investigações no campo científico, sistematizando a produção do conhecimento acerca da evolução da técnica, a partir de bases acadêmicas.

Assim, a reflexão e a análise sobre a cultura científica e tecnológica brasileira e suas peculiaridades, passaram a fazer parte de forma mais efetiva da história nacional. Além disso, percebe-se que a criação e consolidação dos debates em torno das questões tecnocientíficas no Brasil vieram se consolidando a partir também das articulações entre as associações, instituições e grupos de pesquisa.

Embora a historiografia brasileira verse sobre alguns trabalhos analíticos publicados relacionando as mudanças do meio científico e tecnológico durante o regime militar brasileiro, **ainda há um vazio a ser pensado sobre o desenvolvimento e a pesquisa durante a ditadura**, já que, conforme esclarece Clemente (2005, p. 6) “as relações entre ciência e política durante a “ditadura militar”, instaurada no Brasil entre 1964 e 1985, são um objeto de estudo interessante e necessário, visto que existem lacunas sobre o tema na historiografia.”

Desse modo, verifica-se que os pesquisadores já envolvidos nessa área configuram recortes temáticos e até mesmo indicações de assuntos a serem refletidos, com o intuito de direcionar estudos que envolvam a prática científica e a sua evolução no país, objetivando não deixar que os processos que refletem as questões intrínsecas à ciência e tecnologia caiam no esquecimento. Nesse sentido, concorda-se com Hobsbawm (1995, p. 30. Grifos e negritos nossos), em relação à seguinte reflexão sobre a importância de se vincular as experiências pessoais à das gerações passadas: **“Quase**

todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”.

Ressalta-se, assim, a relevância da arte de pesquisar o processo de evolução da ciência, tecnologia e o papel do Estado para esse dinamismo, analisando o desempenho das políticas públicas durante a era da repressão brasileira para o desenvolvimento dos setores citados, sem deixar de impregnar este trabalho pelos tratos necessários a uma pesquisa de qualidade e que possa ter certa relevância para a sociedade, principalmente àqueles envolvidos de forma mais direta com o objeto de estudo. Afinal, resta o trabalho, “(...) com seriedade e empenho próprios do ofício que abraçamos (...) a missão de preservar e resgatar a memória brasileira lembrando, a partir daí, o que os outros esqueceram (...)” (SAVIANI, 2001, p. 19).

A partir deste contexto, este estudo almeja versar sobre os investimentos feitos pelo “Regime Autocrático Burguês” na ciência e tecnologia do país, posto que estamos inseridos em um contexto de franco avanço educacional, técnico e científico, e o levantamento de informações sobre tal processo contribuirá para aumentar o conhecimento ligado a política ditatorial e a sua relação com as melhorias nas áreas citadas. Nesse intuito, busca-se ampliar tais abordagens, que merecem ser pesquisadas de maneira consistente.

Com isso, deseja-se alinhar este trabalho com a necessidade de apontar para acontecimentos nacionais, sobretudo os que versam sobre o papel do Estado como “indutor” e formulador de ações para “O progresso Brasileiro”, isto é, a ciência e a tecnologia entre 1964 a 1985, almejando verificar o processo de estruturação brasileira a partir do seu avanço tecnológico, o papel das instituições de fomento à pesquisa científica, bem como, a contribuição dos setores privados para tais questões, a atuação da sociedade brasileira, buscando respostas se o seu papel foi de vanguarda ou, *a priori*, se a população ficou alheia à evolução propiciada pelo “regime político”, verificando se o crescimento socioeconômico nacional estava diretamente ligado às ações do poder federal para a capacitação científica e industrial.

Por fim, a viabilização de estudos inerentes ao desenvolvimento científico e tecnológico materializados no período em que vigorou o “regime militar brasileiro”, contribui como indicativo, ou seja, pode sinalizar o desdobramento do atual padrão tecnológico e científico vigente no Brasil. Por isso, está retomada significa dentre outras coisas, o resgate da história da tecnologia, processo este ainda tão vago na história do

país, e assim, colaborar ainda mais para o efetivo entendimento da política científica e tecnológica adotada pelo Estado durante as décadas de 1960 a 1980.

4 DESENVOLVIMENTO

Ressalta-se que este trabalho pretende privilegiar as mais diversas fontes encontradas, tais como a imprensa escrita, falada e televisiva, documentos oficiais e particulares, bem como as publicações acadêmicas inerentes ao processo das políticas públicas durante o “regime militar” para a evolução científica e tecnológica brasileira. Busca-se compreender como o período da repressão política nacional encarou o processo de modernização no país e os reflexos das ações governamentais neste setor para a sociedade, haja vista que:

O desenvolvimento científico e tecnológico seria peça fundamental para a superação do atraso econômico e social do Brasil, assim, podemos deduzir que a ditadura acumulou esforços para transformar o país em “Brasil Potência”, buscando relacionar ciência, tecnologia e educação superior para as pesquisas ligadas ao setor industrial. (MAIA, 2011, p. 7)

Nesse viés, Carvalho (2012) lembra que o Jornal do Brasil, de circulação nacional, referindo-se ao processo ditatorial em sua edição de julho de 1970, foi consensual ao afirmar que “[...] o movimento militar que pôs fim ao governo Goulart foi concebido e posto em prática de acordo com a tradição política brasileira, com o objetivo precípua de restaurar a ordem no país, francamente ameaçada”. Desta forma, por trás da linha dura assegurada pelos generais que ocupavam o domínio político no Brasil, estava o discurso da ordem e, intrínseco a ele, a tendência em financiar o progresso da técnica e da ciência para criar o clima de um país em franco desenvolvimento, já que:

(...) o programa de estabilização que se iniciaria logo depois do golpe de 1964 havia alcançado sua principal meta econômica: a inflação fora reduzida de 92% em 1964 para 28% em 1967. Boa parte da dívida externa fora negociada e os alicerces estavam postos para o crescimento renovado. Esse crescimento veio em 1968 e abriu o caminho para um boom de seis anos, durante o qual a expansão econômica teve uma taxa média altíssima de 10,9%. (SKIDMORE, 1998, pp. 248-9)

O que estava em jogo, na verdade era sepultar qualquer tentativa de implantação do Socialismo no país. Desta forma, procurou-se através de Políticas Macroeconômicas (PAEG, I PND, II PND) dentre outras medidas para acelerar o processo de industrialização do País, como ainda, a estruturação do sistema financeiro nacional para sedimentar o avanço econômico e posteriormente tecnocientífico, certo de que tais melhorias iriam repercutir sobre os olhares do “povo” acerca do “regime militar” (No sentido, de legitimação ideológica do Brasil Potência), que por sua vez estaria proporcionando uma estabilidade econômica, o que incidiria no surto industrial de algumas regiões do país e, automaticamente, na vida dos brasileiros que habitavam esses lugares (Durante o período do milagre econômico brasileiro o Brasil teve crescimentos anuais do P.I.B extremamente relevantes) . Pode-se inferir tal situação a partir de outras explicações de Skidmore (1998), quando suas observações indicam que “O boom industrial estimulado pela facilidade de crédito logo elevou os níveis salariais na indústria, o que também teve o efeito de aumentar a diferença de ganhos entre trabalhadores industriais e não-industriais”. Por outro lado, também “estimulou a migração rural para a cidade, acentuando as diferenças entre o Centro-Sul industrializado e as regiões mais pobres, especialmente o Nordeste”. (p. 250).

Nota-se, então, um alinhamento entre as explicações de Maia e Skidmore, no que tange a relação estabelecida entre as medidas dos militares e os seus objetivos em interpelar para uma produção nacional moderna e eficaz, e que, ao mesmo tempo, alcançasse os mais diversos setores da sociedade, para, sobretudo, produzir o avanço socioeconômico nas áreas alvos da industrialização. Logo, é necessário destacar que, enquanto isso, outras regiões do país ficavam à mercê das ações públicas para a ciência e a técnica e, tal crescimento financeiro que estava associado às referidas ações, não alcançariam as áreas fora do alvo político pelo governo.

Ainda nesse ínterim, cabe sinalizar que aos poucos se tornava perceptível a aceleração científica por meio das academias e dos programas de especialização criados à época, o que proporcionou uma produção mais sistematizada e crescente da ciência e da tecnologia. Isso porque, em 1968, foi instituído pelos generais a **Reforma Universitária** e que foi denominada por Schwartzman (2001) como o "O Grande Salto à Frente". Segundo este autor, “(...) a partir de quando foram criados novos programas de pós-graduação, em que a matrícula nos cursos de graduação se elevou a taxas altíssimas, e grandes somas de dinheiro foram destinadas à pesquisa.” (p. 27).

Complementando, Clemente et al (2011, p. 1) lembram que foi nesse mesmo ano de 1968 que se instituiu o Ato Institucional (AI-5), por meio do qual os militares ampliavam seus poderes “de coerção diante da sociedade civil” e, sobretudo, sobre as universidades e centros de pesquisa.

O grande problema perdurava entorno das medidas de recrudescimento do regime, posto que conforme os militares se revezavam nos mandatos presidenciais, as políticas se tornavam mais repressoras e controladoras de todos os aspectos que envolviam a nação, **sem deixar portanto, de abranger os centros produtores do saber e da técnica.** Para além destas evidências, é perceptível, nestes e noutros exemplos extraídos das publicações, as características da ciência e da tecnologia durante o “regime militar”, substancialmente esclarecedoras sobre o objeto de estudo, onde os articulistas exprimem uma leitura criteriosa do pensamento político da época.

Ainda que a política nacional estivesse nas mãos dos militares, repressora das ideias que se opusessem ou que fossem contestadoras do poder vigente, o período mencionado passou a ser apontado como um elemento mantenedor do crescimento estrutural brasileiro em todos os seus campos. Porém, havia alguns organismos que mesmo em face do recrudescimento do regime, se impregnaram das concepções que debatiam contra os militares. Melo (2005, p. 32) ressalta, sob essa perspectiva, a importância que tiveram nesse período de 1960 a 1980 publicações tais como “O Pasquim, Opinião, Movimento e Em Tempo”, que burlavam a censura por meio do uso da ironia e de piadas, criticando o fato de que, embora pessoas morressem ou fossem torturadas, o país conseguia manter o crescimento do Produto Interno Bruto e a inflação em baixa, gerando o chamado Milagre Econômico.

Logo, diante de todas as agruras ocorridas entre as décadas de 1960 e 1980, o que era evidenciado como principal recorte seria o foco ao avanço econômico, que por sua vez gerava a onda expansionista no ramo tecnocientífico. Sendo assim, os militares (Autocracia Burguesa) entendiam que o cerceamento a liberdade de expressão, das organizações e dos movimentos populares deveriam ser tratados como forma de garantir o controle sobre as camadas populares, mesmo que a partir do uso indiscriminado da violência. Tendo em vista que o corpo dirigente nacional acreditava que em terras que o milagre da economia, da ciência e da tecnologia estivesse a todo vapor, se opor a quem garantia essa faceta era optar pela contra mão da história.

Outro aspecto observado através da produção acadêmica relacionada à ciência e a política da Autocracia Burguesa foi a oposição às medidas de retaliação

contra quem queria produzir o avanço científico e tecnológico no país. Nesse caso, podemos observar a atuação do organismo de união da comunidade de Física no Brasil que, segundo Clemente (2005, p. 152) posicionou-se contra os abusos ditatoriais:

“(...) a Sociedade Brasileira de Física (SBF), desde que surgiu em 1966, teve um papel fundamental no que tange à postura de denúncia e protesto face às arbitrariedades do regime militar contra os físicos. Já no primeiro Boletim, em novembro de 1969, a SBF protestava contra as aposentadorias compulsórias dos físicos: Jayme Tiomno, Leite Lopes, Elisa Frota Pessoa, e pelo afastamento de Mário Schenberg que realizava seminários no CBPF.

Esta condição nos permite averiguar que, ainda que a repressão fosse violenta e amarga, existiam aqueles que enfrentavam o controle militar e apresentavam uma visão fora da ordem propagada pelo regime ditatorial cívico-militar, fazendo com que, aos poucos, esse debate fosse alcançando uma proporção maior, onde o advento das ideias relacionadas à educação superior, aos organismos de defesa da ciência e às associações produtoras da técnica, tenderiam a perder a submissão completa ao Estado.

Nesse segmento, por exemplo, a liberdade de pensamento e produção reivindicada nas bases acadêmicas, não significava esse controle arredo da política nacional. Se a ideia era configurar uma nova mentalidade, moderna, por isso mesmo livre da repressão e fundamentada na razão, a influência dos militares deveria ser suprimida. Justificava-se a superação da censura, com as perspectivas otimistas que a liberdade prometia uma nova realidade social, cuja âncora seria um maior crescimento de bases científicas e técnicas brasileiras.

Como se observa, as ideias de progresso, ciência, tecnologia e sociedade, pensados pela Ditadura Civil-Militar brasileira, não caminhavam junto às concepções dos setores intelectuais e até mesmo populares, de acordo com o que se vê nos artigos citados. Não obstante, as medidas imputadas aos generais passavam por cima de toda e qualquer forma de retaliação aos seus atos, o que não significa que o pensamento da população, as entidades de fomento a ciência e os polos tecnológicos contrários a tais medidas também não tivessem circulado à época.

Em outro momento, o governo acreditava que os resultados da tecnologia brasileira estavam propiciando os dados esperados para o crescimento econômico provindo do avanço da técnica nacional, ainda que esta estivesse sob o controle das empresas estrangeiras. (Padrão de desenvolvimento econômico pautado no tripé:

Estado por meio de empresas estatais, empresas nacionais privadas e empresas estrangeiras). Nesse propósito, de acordo com Habert (1992, p. 15), além de ter favorecido a “concentração de capitais em diferentes setores da economia”, a política econômica durante o regime autocrático burguês contribuiu para o predomínio das multinacionais sobretudo de bens de consumo duráveis, são exemplos: os setores automobilísticos, além das indústrias “química e farmacêutica, eletroeletrônica, máquinas e equipamentos, além de reforçarem sua presença na mineração e na agroindústria”. Assim, quando se propunha uma nova reforma para as medidas relacionadas à ciência e à técnica, o governo restabelecia a aplicação de recursos nos setores em questão, para produzir a ideia que a repressão era justificada pelo “milagre econômico” oriundo do aperfeiçoamento científico e tecnológico.

É evidente que os artigos impressos e as publicações acadêmicas podem e devem ser melhores explorados, de acordo com o que já se apontou quanto à sua problemática, enquanto fonte documental para a ciência e tecnologia durante a Ditadura Civil- Militar. Mas o que se quer destacar aqui é a sua riqueza no sentido de esclarecer particularidades e diferenças e o que se perde tomando apenas a ótica da Autocracia sem destacar a concepção daqueles que estavam ligados diretamente às instituições acadêmicas, associações e grupos produtores de debates no campo da ciência e do avanço da técnica, que por sua vez podiam não está alinhados ao pensamento do Estado repressor.

É importante esclarecer que o debate em torno da questão tecnocientífica durante o período de (1964-1985) sinaliza uma categoria central que tentamos explorar neste estudo. Em suma, o nosso artigo indicou de forma ainda muito introdutória a política de Estado e o respectivo papel dos cientistas e dos produtores das técnicas para as indústrias nacionais, a partir das pesquisas já realizadas no Brasil, que demonstram a configuração dos setores que margeiam o objeto de estudo apresentado.

5 CONCLUSÃO

Por se tratar de uma produção que se encontra em fase inicial, ressalta-se que os dados referentes ao progresso da técnica e da ciência no Brasil, ainda serão levantados e analisados conforme a referida pesquisa for sendo direcionada e desenvolvida. Porém, estima-se que durante a vigência da Autocracia Burguesa a frente do aparelho de Estado no Brasil, período este marcado por uma profunda truculência e repressão social a

sociedade, de forma paradoxal, ocorreram contribuições significativas para o crescimento do saber científico, levando às mais diversas agências de fomento a pesquisa não perderem suas práticas e consolidarem o alcance da “modernização conservadora” do país, a partir do campo tecnocientífico.

6 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Anos de chumbo: o Jornal do Brasil na resistência à ditadura**. Observatório da Imprensa, 2012. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/imprimir/47686>> Acesso: 12 fev. 2014.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz (Coord.). **CNPQ: grupo de pesquisa História, Ciência e Cultura**. Disponível em:

<<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=5773705GOXR08H>> Acesso: 05 mar. 2014.

_____. **Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964 - 1979)**. (Tese. 2005) Disponível em:

<www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/textos/18.pdf> Acesso: 18 fev. 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a reforma universitária de 1968. (Artigo publicado no Jornal Ciência & Tecnologia, n.5, set/2004). Disponível

em:<http://www.uniara.com.br/graduacao/jornalismo/jornalismo_cientifico/artigo-aditaduramilitareareformauniversitariade1968.asp> Acesso: 05 mar. 2014.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo, Ática, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAIA, Elias da Silva. Algumas Iniciativas da Ditadura Militar Brasileira em Relação à Ciência e Tecnologia: os mecanismos usados nos anos de autoritarismo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890298_ARQUIVO_TextoEliasmaiaANPUH.pdf> Acesso: 02 mar. 2014.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e Informação**. v 8, n° 1. p. 26 - 38. - jan/jun. 2005. Disponível em:

<http://www.fundaj.gov.br/geral/artigo_passeio_historia_imprensa.pdf> Acesso: 18 mar. 2014.

NETTO, José P. **Pequena história da Ditadura Brasileira 1964-1985**. São Paulo: Cortez, 2014.

PINHEIRO, Milton (org). **Ditadura: o que resta da Transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REVISTA NOVOS TEMAS: **50 anos da ditadura de 1964**. Instituto Caio Prado Jr. , São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAVIANI, Dermeval. História da Educação e Política Educacional. In: SBHE (org). **Educação no Brasil: História e Historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 11-19.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Simon Schwartzman, 2001. 357 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.